



Cozinhas-Território: espaços de convergência social e comunitária

Daniele Caron¹, Ana Elísia da Costa¹, Isabella Khauam Maricatto¹, Daniela Cidade¹, Aline Nunes da Rosa², Ana Cabral Rodrigues³, Andressa Valentin de Menezes¹, Bárbara Rodrigues Marinho¹, Nathália Pedrozo Gomes¹, Sherlen Cibely Rodrigues Borges¹, Bruna Marques de Azevedo¹, Maria Clara Mallmann Kaefer¹, Júlia da Cunha Fraga¹, Rodrigo Schames Isoppo⁴

¹Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS)

²Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IA/UFRGS)

³Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (IPSi/UFF) - Campus Volta Redonda)

⁴Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

e-mail: daniele.caron@ufrgs.brw

Resumo

Esse artigo discute resultados parciais do projeto de extensão “Espaços de Convergência Social e Comunitária” da UFRGS. Toma as cozinhas solidárias como um objeto de estudo privilegiado, por sua importante atuação social e política nas margens urbanas, como evidenciado na crise ambiental e sanitária que afetou o Rio Grande do Sul em 2024. O projeto objetiva mapear essas cozinhas e apoiá-las a se efetivarem como equipamentos urbanos de convergência social e comunitária. O artigo, por sua vez, analisa os resultados parciais dos mapeamentos cartográficos e narrativos desse projeto, construídos desde dados socioterritoriais e relações dialógicas com integrantes das cozinhas. Revela-se a vulnerabilidade das cozinhas aos interesses políticos e econômicos operantes na cidade e a sua posição

insurgente, ao afrontar esses interesses, bem como ordens individualistas e exploratórias impostas ao trabalho e à vida. Com e pelas cozinhas, vislumbra-se outras perspectivas de fazer cidades e um porvir urbano mais igualitário e comunitário.

Palavras-chave: cozinhas-território, cozinhas solidárias, cozinhas solidárias de emergência, espaços de convergência social.

Abstract

This article discusses partial results of the extension project "Spaces for Social and Community Convergence" at UFRGS. It focuses on solidarity kitchens as a privileged object of study due to their significant social and political role in urban margins, highlighted during the environmental and health crisis that affected Rio Grande do Sul in 2024. The project aims to map and support these kitchens in becoming effective urban facilities for social and community convergence. The article analyses the partial results of this project's cartographic and narrative mappings, based on socio-territorial data and dialogical relations with members of the kitchens. It reveals the vulnerability of the kitchens to the political and economic interests operating in the city and their insurgent position in confronting these interests, as well as the individualistic and exploitative orders imposed on labour and life. Through and with the kitchens, the article envisions alternative perspectives for making cities and a more egalitarian and communitarian urban future.

Keywords: kitchens-territory, solidarity kitchens, emergency solidarity kitchens, social convergence spaces.

Introdução

A enchente de Porto Alegre de maio de 2024 devastou direta e indiretamente incontáveis vidas, mas especialmente aquelas que já se encontravam vulneráveis antes do evento por sua condição periférica e marginalizada. No caos instalado e na ausência do Estado, iniciativas comunitárias se instauraram e se fortaleceram, destacando-se as cozinhas solidárias, comunitárias e emergenciais que passaram a assegurar a alimentação dos afetados.

A origem das cozinhas está ligada a movimentos sociais organizados que atuaram no combate à fome durante a pandemia do COVID-2019. Entendendo, contudo, que essa atuação não deveria desonerar o Estado de seu papel, esses movimentos passaram a lutar por políticas públicas dedicadas à segurança alimentar. Essa luta veio a subsidiar a criação do Programa Nacional de Cozinha Solidária (PNCS) em 2023, a cargo do Ministério do Desenvolvimento e

Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)¹.

Mais do que oferecer comida, contudo, as cozinhas constroem uma tecnologia social. Operam como lugares pedagógicos de partilhas de saberes, construção de conhecimento e de educação política e cidadã (REIS DA SILVA; DORNELLES, 2022) e, ao promoverem também ações culturais, educativas e de saúde, consolidaram-se como espaços de convergência social e comunitária. (CARON; RODRIGUES; ISOPPO, 2024)

Entendendo que esses espaços físicos e sociais são fundamentais para a reconstrução das vidas em comunidade durante e após a enchente, o

1. O Programa Cozinha Solidária (Lei 14.628 e Decreto nº 11.937/2024), vinculado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), envolve ações em três modalidades: doação de alimentos, entregues pelo PAA; oferta de refeições por meio de entidades gestoras; e apoio à formação e capacitação dos colaboradores e parceiros.

Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas (PROPUR/UFRGS)², em parceria com o Encruzilhada (PROPUR/UFRGS), Nonada Jornalismo Cultural e movimentos sociais, desenvolveu um projeto de pesquisa-extensão-ensino dedicado às cozinhas³. O projeto interdisciplinar envolve duas etapas: o mapeamento cartográfico e narrativo das cozinhas ligadas a movimentos sociais; e o apoio técnico à sua consolidação como equipamentos urbanos de convergência social. Pretende-se, com isso, vir a compor um conjunto de diretrizes que possam subsidiar o reconhecimento e a efetivação delas como equipamentos urbanos de bairros, capazes de fortalecer redes de vizinhança, lutas pela moradia popular e relações urbano-rurais vinculadas à soberania alimentar.

Refletir sobre os mapeamentos produzidos na primeira etapa do projeto é o objetivo deste artigo. Para tanto, de modo qualitativo-exploratório, o projeto em questão é contextualizado, seguido da análise dos seus mapeamentos: cartográfico, que relaciona a presença das cozinhas em Porto Alegre e dados socioterritoriais; e narrativo, que apresenta, por meio de relações dialógicas com as cozinhas, os seus contextos de mobilização social. Ao fim, observa-se a vulnerabilidade das cozinhas a interesses políticos e econômicos operantes na cidade e a sua posição insurgente, quer por afrontar esses interesses, quer por defender modos de trabalhar-viver desobedientes às ordens individualistas e exploratórias vigentes.

2. O Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas atua desde 2019, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Articula pesquisa, ensino e extensão como forma de construção de conhecimento e tem a narrativa como aposta metodológica e epistemológica para pesquisar a complexidade urbana. Privilegia o estudo de territórios fragilizados e marginalizados e busca, pelo diálogo com eles, construir ferramentas e dispositivos capazes de fazer frente às lutas e violências do cotidiano.

3. O projeto se articula com a pesquisa de doutorado “A subversão da paisagem pela insurgência”, de Isabella Khauam Maricato, também autora deste artigo; e veio a compor o Programa “Reconstrução e adaptação dos municípios do RS no contexto da crise climática: ações da Faculdade de Arquitetura” da UFRGS: <https://www.ufrgs.br/arquitetura/espacos-de-convergencia/>

O projeto de pesquisa-ensino-extensão

O projeto de extensão “Espaço de Convergência Social e Comunitária” reconhece que, no contexto das referidas enchentes, especialmente grupos sociais vulnerabilizados sofreram processos de desterritorialização e que precisarão reconstruir suas vidas sociais e urbanas, quer em assentamentos novos, quer em reestruturados. Para apoiar essa reconstrução no âmbito do planejamento urbano, é relevante conhecer espaços e atividades que dão sustentação às redes comunitárias e onde convergem ações culturais, educativas e de saúde. Nesse contexto, a atuação das cozinhas solidárias, populares e comunitárias é significativa, conforme revelam dados do MDS (BRASIL, 2023), assim como as iniciativas emergentes ainda não completamente mapeadas.

Cartografar essas cozinhas em Porto Alegre, especialmente as ligadas a movimentos sociais, e apoiar sua efetivação como equipamentos urbanos de convergência social e comunitária é o objetivo do projeto. Isso pode ser relevante para subsidiar tanto projetos e políticas públicas existentes, como o PNCS, quanto os que emergem no enfrentamento emergencial de recorrentes tragédias e crimes ambientais.

O trabalho, contudo, não se reduz à produção de dados quantitativos sobre as cozinhas ou à oferta a elas de suporte técnico arquitetônico e urbanístico tradicional. Em constante diálogo com as cozinhas, em uma primeira etapa, são propostos mapeamentos cartográficos, concernentes ao território urbano, e narrativos, ligados às relações sociais que permeiam essas territorialidades e que constroem valiosas tecnologias sociais. Em uma segunda etapa, desde processos participativos, abertos à reflexão e à autonomia, são propostos o apoio técnico à estruturação e qualificação de espaços de cozinhas eleitas e a construção de diretrizes que amparem iniciativas similares⁴.

4. Dirá sobre os espaços das cozinhas - estrutura física, infraestrutura hidrossanitária, mobiliário/equipamentos, etc. - e sobre espaços de cunho educativo e cultural.

Mapeamento cartográfico

O mapeamento cartográfico, desenvolvido pelo Margem_Lab e o Encruzilhada_Lab, busca evidenciar a incidência quantitativa e locacional das cozinhas em escala municipal. Para tanto, recorre-se a informações inscritas no MDS (2023), onde constam cozinhas solidárias, populares e comunitárias, e ao levantamento de cozinhas emergentes com a enchente de 2004, ainda em andamento⁵. A esse mapeamento são justapostos, inicialmente, dados territoriais referentes à renda, raça e acessibilidade-mobilidade.

A eleição desses dados decorre do pressuposto de que eles permitem compreender situações de precariedade oriundas de políticas urbanas tecnicistas, racistas e segregadoras, evidentes principalmente nas margens urbanas, onde opera a maioria das cozinhas. Por margens urbanas entende-se a espacialização sobreposta de duas práticas: a do sistema-mundo moderno e capitalista que aciona a precarização e vulnerabilização de grandes contingentes populacionais urbanos; e a de organizações que subvertem os imperativos modernos de privatização da terra e da vida. (CARON; RODRIGUES; ISOPPO, 2024).

Ao sobrepor os dados das cozinhas aos referidos dados socioespaciais, espera-se, assim, ampliar reflexões sistêmicas sobre o fenômeno urbano das cozinhas, bem como aferir a obsolescência de políticas urbanas vigentes para alcançar a justiça social e ambiental que deveria pautar a organização das cidades, o que é ressaltado em cenários de catástrofe ambiental e sanitária (ver Figura 1).

5. Envolve cozinhas criadas por organizações de mulheres, centros afros, associações comunitárias, quilombos urbanos, cooperativas de catadores de rua, movimentos ambientalistas, entidades de caridade, entre outros.

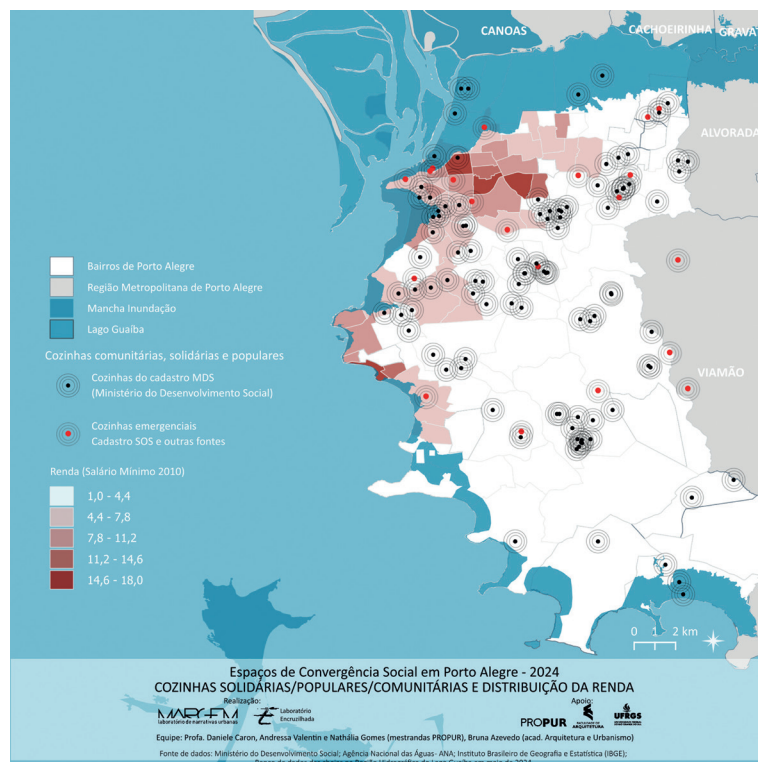
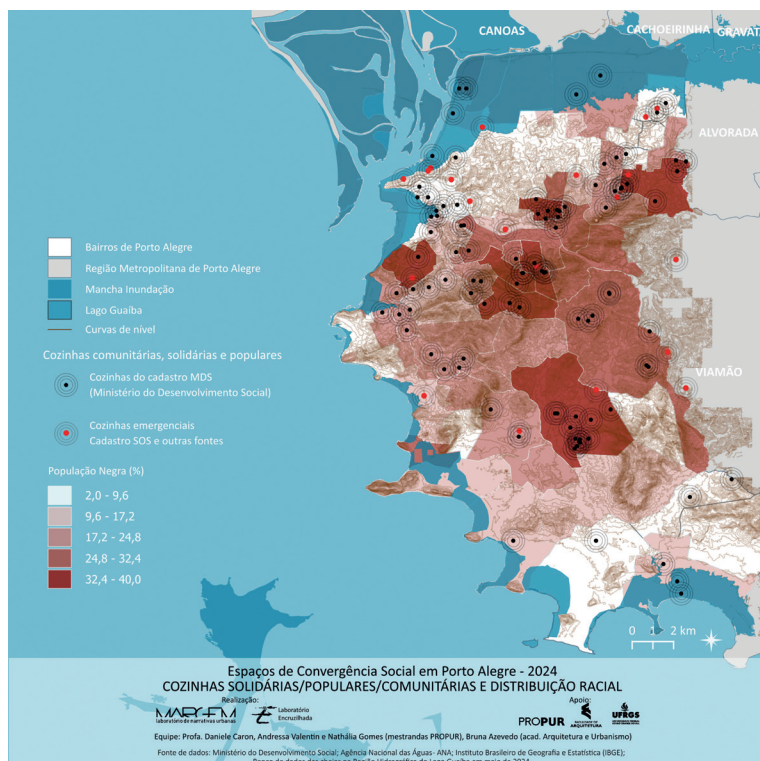


Figura 1 - Cozinhas solidárias/populares/comunitárias e distribuição de renda
Fonte: Acervo Margem_lab e Encruzilhada (2024)

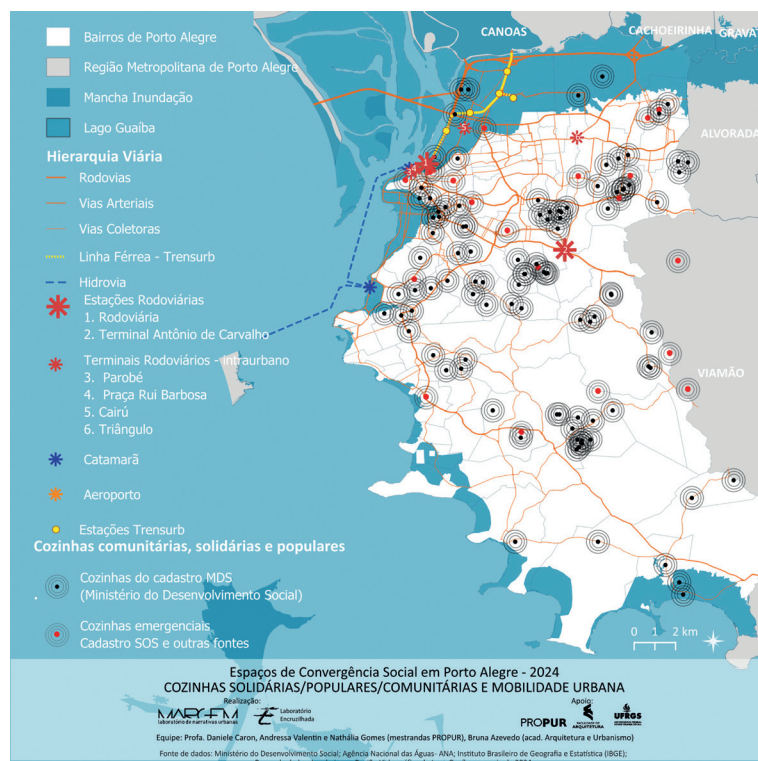
Desde a cartografia que relaciona as cozinhas aos diferentes estratos de renda (IBGE 2012, 2023), observa-se que a leste, centro e sul do município a incidência das cozinhas aparece majoritariamente em bairros de baixa renda, os quais frequentemente ocupam áreas de borda ou topo de morro com pouco acesso a infraestruturas urbanas, serviços, equipamentos e moradia digna. Observa-se também a incidência das cozinhas em bairros mais centrais e consolidados em termos de infraestrutura urbana, lugares que concentram boa parte da população de rua desatendida em todos os aspectos da vida social e urbana, além de ocupações urbanas em imóveis que não cumprem sua função social (ver Figura 2).



A sobreposição dos dados das cozinhas aos dados de raça (IBGE, 2012, 2023) evidencia que a concentração das cozinhas coincide com as áreas de maior concentração de pessoas negras, como à leste (bairros Mario Quintana e o Morro Santana) e à oeste (bairro Bom Jesus e nos “morros” da Vila São José e Coronel Aparício Borges). À sul, destaca-se a Restinga resultado de uma das maiores remoções urbanas do centro para as margens da cidade durante os anos 1970, com forte recorte racial. O seu centro, apesar de ser habitado principalmente por pessoas brancas,

Figura 3 - Cozinhas solidárias/populares/comunitárias e mobilidade urbana

Fonte: Acervo Margem_lab e Encruzilhada (2024)



preserva quilombos urbanos que remetem aos territórios negros do século XIX. Nos territórios majoritariamente ocupados pela negritude, também se concentram a falta de infraestrutura urbana e o policiamento intensivo, o que revela um forte retrato das desigualdades sociais e do racismo estrutural das políticas urbanas e sugere a emergência das cozinhas como um movimento de resistência a isso (ver Figura 3).

No mapa das cozinhas sobreposto aos dados de mobilidade e acessibilidade, observa-se que o sistema viário radial da cidade privilegia os territórios mais centrais, onde também se concentra a maior parte das estações e terminais. Não usufruindo diretamente desse sistema por se localizarem majoritariamente nas periferias, as cozinhas buscam se beneficiar da proximidade das poucas redes viárias estruturantes dessas regiões,

o que se observa sobretudo a leste e sul. Trata-se de uma estratégia que, ao driblar a dependência do sistema de mobilidade estruturado a partir do centro histórico, garante o acesso físico, a circulação de capital humano e de informações e a distribuição de alimentos, o que é fundamental para o funcionamento das cozinhas e as converte em centralidades e espaços de convergência social. Essa estratégia, contudo, não é suficiente para garantir o acesso quando o sistema de transporte público falha/paralisa, como ocorreu durante a inundação do centro histórico, ou quando ele retoma a uma normalidade artificial com alterações de tarifas, itinerários, horários, o que evidencia a carência de ações de planejamento voltadas para mobilidade e acessibilidade em áreas periféricas.

O mapeamento cartográfico segue em andamento, e buscará detalhar aspectos relacionados ao saneamento, à presença das áreas de risco, à incidência de imóveis vazios que não cumprem sua função social, bem como às bordas rurais e mesmo urbanas que acolhem hortas comunitárias e agricultura familiar.

Mapeamento narrativo

O mapeamento narrativo ocorre concomitante e de modo complementar ao cartográfico. Consiste na promoção de rodas de conversa nos territórios das cozinhas, envolvendo pessoas a elas ligadas e o grupo de pesquisa. Foram seis as cozinhas envolvidas⁶, eleitas pelos vínculos de confiança já estabelecidos com o MargemLab, já que isso favorece a fluidez das experiências dialógicas. Esses vínculos foram construídos a partir da atuação de integrantes do laboratório em projetos anteriores que envolviam movimentos sociais ligados às

cozinhas e/ou em ações de voluntariado junto a elas.

As rodas foram guiadas por uma pergunta disparadora que pudesse fazer emergir memórias e cotidianos relacionados à experiência e ao saber/fazer que estruturam e garantem a atuação desses lugares como espaços de convergência social. Desde a pergunta: “como você chegou nessa cozinha?”, a maioria dos relatos tramam memórias de vida que caracterizam a desassistência do Estado e que foram ensinando táticas de sobrevivência e resistência. A roda de conversa com cada cozinha é particular e única, e fica registrada em áudios posteriormente escutados pelo Nonada Jornalismo e MargemLab, que recortam trechos chave da atuação das cozinhas no território. Estes áudios retornam às lideranças das cozinhas, que autorizam e validam as experiências que comporão uma plataforma virtual e aberta. A partir desse mapeamento narrativo, já é possível acionar algumas reflexões relacionadas ao papel político e territorial das cozinhas, e ao engendramento desse espaço físico e social como potência na convergência social e comunitária.

As cozinhas surgem nos territórios, muitas vezes, como desdobramentos naturais ou emergenciais de atuações pregressas das/os narradoras/es como lideranças comunitárias ou como membro de organizações sociais. Isso emerge, por exemplo, na cozinha do Barracão com a Associação Mulheres de Luta; na cozinha Art&Mãe com a Elos; na do Lami com a ONG Ester Mulher; e na da Restinga com a Cooperativa Vida Nova. Isso é um indicador de que a organização de ações de combate à fome se relacionam com ações educativas, culturais e de geração de renda que dão suporte à comunidade. Por isso, além da oferta de marmitas, nas cozinhas se sobrepõem outros tipos de atendimentos demandados – representações políticas, assistência jurídica e de saúde, doações de cestas básicas e roupas, atividades educativas e culturais etc. As painéis da cozinha da Vila Barracão, por exemplo, ocupam provisoriamente espaços de máquinas de costura de

6. Coordenada pelo Levante Popular da Juventude, a cozinha emergencial, na vila Barracão da Grande Cruzeiro; coordenadas pelo Movimento Nacional por Luta pela Moradia (MNLN), as cozinhas emergenciais Art&Mãe, na Bom Jesus, e Das Pretas, na Vila Dique; coordenadas pelo Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a cozinha consolidada da Azenha e a emergencial do Lami; coordenada pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a cozinha emergencial da Restinga.

um programa de geração de renda, o que aponta novas demandas de espaço físico de suporte (ver Figura 4).



Figura 4 - Intervenções no espaço da Cozinha Barracão
Fonte: Acervo Margem_lab (2024)

As cozinhas, portanto, são práticas políticas enraizadas nas necessidades locais, territorializadas, e já legitimadas como lugares de acolhimento e de representação pelas comunidades que atendem. São forças insurgentes, intrínsecas ao caráter inventivo e criador das margens urbanas, que emergem contra o abandono do Estado e que se legitimam à revelia dos poderes instituídos. Observamos que quanto maior a vinculação com cooperativas, associações e movimentos sociais, mais facilidade tem a cozinha de acionar as redes de sociabilidade e de sustentação econômica para seu funcionamento.

O capital político dos movimentos sociais que dão sustentação às cozinhas é o que as difere quanto aos níveis de condições de trabalho e de alcance social. Diante do desastre climático no RS, por exemplo, a cozinha consolidada da Azenha ampliou rapidamente a produção, por seu

saber-fazer⁷ e pela sua capacidade de mobilizar recursos humanos e materiais. É relevante destacar que a Cozinha da Azenha representa

uma política do MTST que vem se ampliando e tem pautado a agenda de políticas públicas para as cozinhas junto ao governo federal, conforme relataram as lideranças do movimento. Outras cozinhas que participaram das rodas de conversa também reforçam a importância do papel dos movimentos sociais para suas atuações e para que essa tecnologia social não se subordine aos interesses políticos ligados ao poder econômico.

As cozinhas se revelam como laboratórios de modos solidários de produzir e fazer cidade. Na escuta COM as cozinhas, evidencia-se que, em meio às contações de histórias no seu cotidiano, se ensina-aprende a ter cuidados na escolha dos alimentos/cardápios, a cozinhar, a dividir horizontalmente tarefas e a refletir coletivamente sobre as ações que sustentam as comunidades no território. Ali, laços comunitários são tecidos no cotidiano e é constituído um espaço social marcado por urgências, "mão-na-massa", risos e pelo acolhimento das diferenças. A cozinha, lugar por excelência da troca de saberes e das ancestralidades, é encarado pelos grupos de mulheres que estão à sua frente como coração da comunidade e do território. Cabe ressaltar que esse espaço social também é permeado por conflitos inerentes a uma prática democrática que busca alicerçar-se nas lideranças, mas também constituir dinâmicas horizontalizadas. O alcance da cozinha como equipamento urbano de convergência social, portanto, depende tanto dos laços

7. A Cozinha Solidária de Emergência do MTST foi criada no contexto das enchentes de setembro de 2023 no Vale do Taquari-RS.

de sociabilidade, quanto da prática cotidiana de resolução de conflitos, que, ao fim, aprimoram sua existência e suas dinâmicas.

As cozinhas ocupam imóveis ou terrenos em diversas condições. São propriedades nunca públicas – privadas, ocupadas, alugadas ou emprestadas –, que espelham as dificuldades e potencialidades de seus contextos urbanos e culturais. De um lado, vê-se problemas que comprometem o desempenho funcional e sanitário das cozinhas: faltam abastecimento de insumos e de água e tratamentos de esgoto e de resíduos; as soluções técnico-construtivas e os layouts das edificações ou instalações são precárias e/ou improvisadas. De outro, vivencia-se espaços acolhedores, sempre abertos para prosas ao redor de fogões (muitos à lenha), um café, um arroz com feijão, como pudemos experienciar nas próprias rodas de conversa.

Na interface dessas ambiguidades, as cozinhas são criativas, fazem muito com pouco, relativizando padrões de saberes técnicos. Ensinam a arte do improviso e o projeto flexível a realidades cotidianas e contingenciais. Sem romantizar, contudo, desejos de qualificação espacial e funcional se manifestam constantemente. Há demandas de



instrumentos e equipamentos – como simples painéis de pressão grandes (Cozinha Art&Mãe) ou fogões industriais (Cozinha da Restinga) –; e de espaços maiores (Cozinhas da Restinga e Lami) e que favoreçam o encontro de pessoas ao redor de uma mesa (ver Figura 5).

As atividades e mapeamentos até então realizados apontam para as complexidades das cozinhas e dão pistas para orientar futuras ações de apoio técnico à sua qualificação espacial. Desde já se vislumbra, por exemplo, a necessidade do Estado cooperar com a efetivação dessa tecnologia social, sobretudo em contextos de emergência climática e sanitária como ocorre desde maio de 2024 em Porto Alegre, através da concessão de imóveis que não cumprem sua função social. Além disso, entende-se que as políticas urbanas referentes à provisão habitacional de desabrigados, à mobilidade/acessibilidade, ao saneamento básico e ao fortalecimento das dinâmicas entre hortas/agricultura familiar podem ser pautadas pelas cozinhas solidárias e comunitárias como dispositivos que agenciam politicamente e territorialmente o combate à fome nas cidades.

Essas composições fazem parte dos primeiros resultados deste projeto que articula extensão, pesquisa e ensino tanto no âmbito da graduação como pós-graduação. Para ampliar e diversificar o fortalecimento das cozinhas como equipamentos urbanos, está em construção a plataforma virtual Sonário de Cozinhas-Território, que será apresentada na universidade ainda este mês. O evento de apresentação visa ecoar vozes das vivências em territórios de cozinha, impulsionando e legitimando seus modos de convergir socialmente; e contará com a participação e envolvimento das/os narradoras/es das rodas de conversa, movimentos sociais vinculados, além dos laboratórios envolvidos e comunidade em geral.

Figura 5 - Forno a lenha
Cozinha Art&Mãe - MNLM.
Fonte: Acervo Margem_lab (2024)

Considerações finais

Esse artigo discutiu resultados parciais de um projeto de ensino-pesquisa-extensão que reconhece a importância dos espaços de convergência social para a promoção da vida em comunidade, o que foi especialmente evidenciado diante dos cenários de crise ambiental que afetaram o Rio Grande do Sul. Toma como um desses espaços as Cozinhas Solidárias – operantes principalmente nas margens urbanas e desde a articulação de movimentos sociais – e objetiva relacionar as suas localizações e atuações, como forma de subsidiar ações futuras de apoio que efetivem as cozinhas como equipamentos comunitários.

Desde o mapeamento cartográfico até então realizado é possível perceber que as cozinhas, como dispositivos de convergência social nas margens urbanas, estão suscetíveis a interesses políticos e econômicos que, assim como na ordem global, buscam invisibilizar e desarticular a potência política de equipamentos urbanos para estruturação de bairros e redes de vizinhança. A despeito desses interesses, como revela o mapeamento narrativo, as cozinhas emergem como insurgências, formas de resistência consolidadas por longas trajetórias políticas, o que lhes permitem estar profundamente territorializadas ou enraizadas em demandas

locais e serem legitimadas por suas comunidades. A resistência das cozinhas também se expressa na própria pedagogicidade da sua vida social, ensinando modos de trabalhar e viver que, ao pautarem redes de sociabilidade e afetos, se contrapõem às ordens individualistas e exploratórias vigentes.

A falta de políticas que designem espaços públicos e infraestruturas nas margens urbanas para a implantação das cozinhas solidárias, bem como a precariedade programada de seus espaços físicos, são evidentes limitadores para que elas cumpram sua função social. Por outro lado, importa destacar que isso é também uma estratégia do Estado para enfraquecer movimentos sociais que estão ligados às cozinhas, como os da luta pela moradia popular e pela soberania alimentar.

Esse trabalho, construído em constante e atento diálogo/escuta com os envolvidos, revela as potencialidades da articulação entre pesquisa-ensino-extensão na graduação e pós-graduação. Convoca, uma vez mais, a atenção para construção de processos de interação pautados no encontro de saberes, no respeito às diferenças, em modos solidários de fazer cidades e que permitem questionar os modelos de planejamento urbano alheios a um porvir urbano mais igualitário e comunitário. ◀

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 11.937 de 5 de março de 2024. Regulamenta o Programa Cozinha Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 2023.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **MDS divulga cadastramento para cozinhas solidárias, populares e comunitárias**. Brasília - DF, 06 dez. 2023.

CARON, D.; RODRIGUES, A. C.; ISOPPO, R. S. Cozinhas solidárias e o inadiável na cidade. **Jornal da Universidade**. UFRGS, 20 jun. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

REIS DA SILVA, A. T.; DORNELES, A. B. Pedagogias ecológicas e decoloniais em rede: o movimento CSA como comunidade de aprendizagem. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. vol. 59, p. 399-417, jan./jun. 2022.